

O FOMENTO PÚBLICO, A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O SEU IMPACTO NA REGIÃO

Thiago Vizine da Cruz
Universidade Regional de Blumenau (FURB)

RESUMO

A Globalização nos dias atuais é uma realidade. As empresas, sejam elas grandes ou pequenas, estão competindo com concorrentes do mundo todo. Nesse cenário de competição internacional, algumas questões tornam-se primordiais para que o país, ou a região se desenvolvam. Algumas destas questões são o modo como o governo se posiciona em relação à globalização, de forma a proteger e incentivar as empresas, as Políticas Públicas que são adotadas pelo governo com tal finalidade e a forma como elas são avaliadas, entre outras. Dessa forma, cabe perguntar se existe alguma Política Pública por parte do governo de Santa Catarina em prol das micro e pequenas empresas. Este trabalho se propõe a estudar a eficácia do BADESC Microempresa com o intuito de avaliar se essa Política Pública está conseguindo fomentar a internacionalização das micro e pequenas empresas. Sendo assim, este trabalho está dividido da seguinte forma: a primeira parte do trabalho trata da Globalização, pesquisando sobre as distintas acepções que existem a esse respeito e descrevendo uma abordagem diferente sobre o tema. A segunda parte do trabalho investiga as Políticas Públicas e a Avaliação das Políticas Públicas. A terceira parte entra na questão do Fomento Público, com uma rápida revisão bibliográfica do assunto, e aborda o tema BADESC. A partir daí busca-se investigar a eficácia da Política Pública implementada pela instituição. Por último, se encontram as considerações finais desta Dissertação.

Palavras-chave: Política Pública; Globalização; Fomento Público; BADESC.

1. INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 30 (trinta) anos o mundo vem passando por um processo completamente diferente de tudo o que já foi vislumbrado em outro momento da história, a Globalização, que se tornou realidade em nossas vidas, algo de proporções mundiais e que impacta na vida de mais e mais pessoas a cada dia que passa. Partindo-se do princípio de que a Globalização possui ascendência nas relações econômicas, influencia nas questões políticas, e impacta na vida social e nos padrões de desenvolvimento de cada sociedade, este trabalho possui o propósito de refletir sobre a articulação entre Globalização e Políticas Públicas, por acreditar que diante de um fenômeno tão grandioso é fundamental que os Governos, sejam eles municipais, estaduais ou o federal, estejam preparados, não apenas para enfrentar, mas principalmente para auferir as melhores oportunidades possíveis desse acontecimento.

Para tanto, este trabalho é dividido em cinco partes, contando Introdução e Considerações Finais. O segundo Capítulo do trabalho irá estudar as várias formas de manifestação do fenômeno da globalização; no terceiro Capítulo será efetuada uma abordagem das principais correntes sobre Políticas Públicas; finalmente no quarto capítulo será abordada a questão teórica do Fomento Público, além de ser apresentado um breve histórico do Fomento Público no estado de Santa Catarina no qual se vislumbrará a questão do BADESC (Agencia de Fomento do estado de Santa Catarina).

2. GLOBALIZAÇÃO

A Globalização vem sendo confundida com outros fenômenos desde sua existência, segundo Drache:

A pura verdade é que um terço do que se fala sobre globalização está sobre-vendido, um terço nós não entendemos porque é um processo em curso, e um terço é radicalmente novo. É o equilíbrio entre o que é conhecível, o processo e as condições

surpreendentemente novas e empolgantes que nos dão um excelente ponto de partida. (DRACHE, 1999, p. 07)¹

Com isso em vista, pode-se citar algumas confusões que surgem quando se tenta relacionar a Globalização com processos pré-existentes. Uma das confusões é feita ao se relacionar Globalização e Internacionalização. Segundo Scholte,

Quando a globalização é interpretada como a internacionalização, o termo refere-se a um crescimento de transações e interdependência entre os países. A partir desta perspectiva, um mundo mais global é aquele em que mais mensagens, ideias, mercadoria, dinheiro, investimentos e as pessoas atravessam as fronteiras entre os Estados Nacionais. (SCHOLTE, 2002, p. 08)

Contudo, neste caso, como Ramos (2005) argumenta, não haveria a necessidade de inventar uma nova terminologia para designar um fenômeno antigo, uma vez que a expressão “Relações Internacionais” continua apta a representar as transações e interconexões transfronteiriças contemporâneas.

A segunda confusão é feita quando se coloca Globalização como uma outra face da Liberalização. Neste caso Scholte diz o seguinte:

Neste caso, a globalização representa um processo de eliminação das restrições impostas oficialmente sobre a circulação de recursos entre países, a fim de formar uma economia mundial "aberta" e "sem fronteiras". (SCHOLTE, 2002, p. 10)

Novamente as definições entram na redundância, pois, como Ramos mostra também nesse caso, as definições preexistentes, como “livre comércio”, por exemplo, dão conta de expressar o que está acontecendo (RAMOS, 2005).

Finalmente, existe uma última posição que alguns teóricos tentam relacionar com Globalização: a relação que é feita entre Globalização e Ocidentalização.

¹ Os textos apresentados nessa Dissertação de autoria dos Srs. Aseem Prakash & Mathew Potoski, Dani Rodrik, Daniel Drache, Dilip Das, Jan Aart Scholte, Luis Jordana de POZAS e Thomas DYE foram traduzidos livremente pelo autor.

A quarta concepção mais comum de globalização definiu-a como ocidentalização. Como tal, a globalização é considerada como um tipo particular de universalização, em que as estruturas sociais da modernidade (o capitalismo, o industrialismo, o racionalismo, urbanismo, etc.) são espalhados por todo o mundo, destruindo culturas preexistentes. (SCHOLTE, 2002, p. 12)

Porém, como Ramos (2005) demonstra, esses processos também existem há algum tempo, e, novamente, seria desnecessário criar um termo para definir algo preexistente.

Mas se Globalização não é Internacionalização, nem Neoliberalismo, nem Ocidentalização e nem Mercantilização, então o que é? Ramos tem uma sugestão para essa incógnita:

Em suma, a globalização representaria, assim, uma mudança deveras significativa no alcance especial da ação e da organização sociais, que passa para uma escala inter-regional ou intercontinental; ou seja, diria respeito a uma gama de processos que geram uma transformação na organização espacial tanto das relações quanto das transações sociais (Held, *et al.*, 1999; Held & McGrew, 2001). (RAMOS, 2005, p.103)

Scholte também apresenta um conceito que propõe um novo ponto de vista sobre o assunto:

Esta abordagem identifica a globalização como a difusão transplanetária – e nos últimos tempos, mais particularmente supraterritorial – das conexões entre as pessoas. [...] A globalização envolve redução das barreiras dos contatos transmundialmente. [...] Neste caso, a globalização refere-se a uma mudança na natureza do espaço social. (SCHOLTE, 2002, p. 13-14)

Delgado também contribui neste quesito:

Para mim, o conceito de globalização é dinâmico; ele implica a descrição de algo que está mudando, que está se tornando cada vez mais global e implica um verdadeiro processo. [...] Em termos

gerais, ele pode se referir a todos os atores [...]. [...] A globalização tem muitas dimensões e nem todas elas têm a mesma importância e impacto nos diversos Estados-nação ou regiões do mundo. (DELGADO, 2007, p. 89)

Com isso em vista, fica visível que a Globalização compreende algo muito maior, e por consequência exerce uma influência muito maior do que os outros conceitos propunham, uma vez que ela está diretamente ligada ao modo de vida das pessoas e à forma como elas se comunicam, pensam e agem. Nessa perspectiva a Globalização influencia e é influenciada constantemente, e os seus resultados se tornam evidentes em todos os aspectos da vida cotidiana, e não apenas nos balanços das empresas, nas Leis dos países ou nas roupas que as pessoas usam.

2.1 GLOBALIZAÇÃO E OS ESTADOS NACIONAIS

Essa confusão que existe em torno do tema Globalização tem levado a alguns resultados que não condizem com o fenômeno.

Por que a economia global deveria evocar “o fim da autoridade do Estado”, “o fim da geografia econômica”, “o fim do Estado-nação”, “o derretimento do sistema financeiro global”, “o fim do trabalho”, o mundo hipotético das cidades que acomodam capital global a qualquer preço e outros tipos mórbidos de imagens e linguagem? Que provas existem de que forças globais estão realmente desmantelando as barreiras físicas que limitam a acumulação de capital em nível mundial? (DRACHE, 1999, p. 07)

Uma das consequências que tem surgido é a crença de que, para que a Globalização possa continuar evoluindo, algumas mudanças são necessárias, e entre estas mudanças está a “redução” dos Estados nacionais. Segundo Scholte, a Globalização começou a ganhar força justamente na época em que o Neoliberalismo estava surgindo. Isso seria um dos motivos que levou as pessoas a acreditarem que Globalização e Estado eram duas coisas antagônicas.

Outra crença é a de que o aumento da carga horária trabalhada e a perda de benefícios sociais são efeitos resultantes da Globalização. Drache mostra que isso não é verdade:

Corporações sem responsabilidade não são novidade. A mobilidade industrial e o uso de contratação por grandes corporações têm sido as principais características da paisagem industrial durante grande parte do século XX. (DRACHE, 1999, p. 11)

Logo, a questão que precisa ser examinada é:

O que não é imediatamente evidente é por que ajustes comerciais devem ser tão brutais, incontroláveis e onerosos para o trabalhador que está saindo do mercado de trabalho e para aqueles que estão entrando. (DRACHE, 1999, p. 11)

Drache (1999) defende que para prevenir que os Governos deixem de existir e para garantir que a população possa usufruir dos benefícios da Globalização, ao invés de sofrer suas consequências, o estilo de Governo predominante deveria ser revisitado. Embora isso possa parecer algo completamente novo, Scholte, citando Jarvis e Paolini, mostra que o Estado, ao contrário do que muitos pensam, sempre procurou se moldar ao contexto existente:

Como muitos teóricos políticos já disseram, o Estado nunca em sua história foi algo rígido. Ao contrário, está perpetuamente "em movimento, em evolução, adaptação, incorporando [...] sempre em alguma condição de transição." (JARVIS; PAOLINI *apud* SCHOLTE, 2004, p. 10)

Drache também defende que deve haver um replanejamento das funções do Estado, para que ele possa se adaptar às circunstâncias do mundo atual, sem perder de vista sua capacidade de prestar auxílio àqueles que precisam. Para que isso seja possível, uma das atitudes a serem tomadas é o estudo da situação econômica mundial.

Se os governos querem ser parte desta nova civilização, eles têm que aprender que reger a cultura econômica do mercado mundial é o seu objetivo principal. A partir daí a agenda de políticas públicas de cada país tem que ser ampliada para incluir os novos acordos

internacionais sobre a política de concorrência e comportamento corporativo. (DRACHE, 1999, p. 19)

Essa etapa é extremamente importante uma vez que, como o próprio Drache mostra, algumas páginas mais para frente no seu artigo, os países que se preparam e que planejam a sua atuação possuem desempenhos melhores do que aqueles que não o fazem. Das também defende este ponto ao escrever:

É evidente a partir das experiências dos anos 1990 que em um ambiente de economia global integrada, uma política econômica proativa a nível nacional obtém benefícios muito maiores. Também é evidente que a inação política nacional tem custos maiores. Assim, a ação política nacional se torna mais importante pela globalização, não menos. (DAS, 2002, p. 10)

Em outras palavras, uma atitude prolixa por parte dos Governos permite que a sociedade civil e as empresas de uma determinada nação interajam com a Globalização de uma maneira mais adequada, usufruindo dela ao invés de sofrendo suas consequências.

2.2 GLOBALIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REFORMULAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

Alguns estudiosos defendem que o único meio de aderir à Globalização é reduzindo o “protecionismo” do Estado e, conseqüentemente, expondo a população à volatilidade dos mercados, por isso a Globalização é tão cruel para com os trabalhadores. Isso seria o famoso efeito “corrida para o fundo do poço”². Contudo, Das, fazendo uma análise da situação dos investimentos internacionais, levanta um dado interessante: em 2002 cerca de 60% dos investimentos internacionais estavam alocados entre os países desenvolvidos, que possuem uma série de regulamentos ambientais e sociais, o que impossibilitaria o tão temido efeito da “corrida para o fundo do poço”. Não se nega o fato de que os países

² O termo “corrida para o fundo do poço” é uma tradução livre feita pelo autor. O termo original é “races to the bottom” que ilustraria a “diluição” das proteções trabalhistas, ambientais, de segurança e de saúde (DAS, 2002).

desenvolvidos possuem uma maior facilidade de adaptação e exercem uma maior influência no processo de Globalização.

Estados mais fortes, em particular, podem influenciar substancialmente as atividades globais e supraterritoriais e realmente explorar a nova geografia com uma vantagem considerável. [...] Em contrapartida, os Estados mais fracos tendem a perder poder relativo em face da globalização. (SCHOLTE, 2004, p. 09)

Não obstante, como já foi evidenciado nas páginas anteriores, é fundamental que os Governos planejem suas economias. Do contrário, serão solapados pelas mudanças que ocorrem no mundo hoje. Das, citando Hart e Prakash, coloca alguns pontos que deveriam ser seguidos pelos Governos a fim de garantir os melhores resultados para seus países:

(i) os responsáveis políticos não devem permitir que seus países sejam usados como peões na guerra mundial do Capital Externo; (ii) os responsáveis políticos devem examinar cuidadosamente afirmações de que todos ganham ou perdem quando se trata dos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em seu país, e (iii) os responsáveis políticos devem manter autonomia política para maximizar os benefícios dos fluxos de IDE e para salvaguardar os interesses dos atores sociais nos negócios. (HART; PRAKASH *apud* DAS, 2002, p. 13)

Por mais óbvio que estes três pontos possam parecer, existe um ponto crucial que ainda persiste: como assegurar que o Estado garanta esses três pontos? E conseqüentemente surge outra questão: os Estados de hoje possuem a capacidade, a habilidade ou a competência necessária para agir diante de um mundo Globalizado? Scholte acredita que não. Segundo esse autor, a forma de governo centralizada existente até pouco tempo atrás está defasada e precisa ceder lugar a um modelo mais “descentralizado”. Não se pretende aqui deliberar a respeito de questões como democracia e igualdade entre os cidadãos, mas sim a respeito da estrutura dos governos.

Para Scholte, o modelo de Estadismo, que teve seu auge entre a metade do século XIX e a metade do XX, está ultrapassado e não consegue mais

acompanhar os avanços e as mudanças que se tem presenciado pelo mundo todo. E este fato se dá por uma série de motivos:

Condições diversas no mundo atual globalizado fizeram com que o modelo estatal de governo se tornasse inviável. Transmissões de dados informatizados, programas de rádio, satélite de sensoriamento remoto e telefonemas não são paráveis por sistemas de controle comuns. Além disso, essas comunicações ocorrem: (a) a velocidades que tornam difícil para a vigilância do Estado detectá-los com antecedência, e (b) em quantidades que um Estado, mesmo com capacidade muito maior, não pode rastrear de maneira racional. (SCHOLTE, 2004, p. 06)

Todavia, isso não significa que o Estado tenha perdido sua importância. Os Estados continuam sendo importantes na medida em que possuem influência sobre a população e o território pelos quais respondem. Mais do que isso, não existe um cenário de mundo globalizado onde os Estados não representem um ator importante nesse processo (SCHOLTE, 2004).

O que se observa é que o mundo vive hoje uma fase de transição, onde, embora o Estado-nação continue sendo soberano em todos os sentidos, passam a surgir novos órgãos internacionais cuja função é mediar as situações entre um país e outro, o que leva a uma adaptação por parte dos países, que, embora adiram por livre e espontânea vontade a esses órgãos, precisam se adaptar ao novo sistema que passa a vigorar.

3. O FOMENTO PÚBLICO

3.1 UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL AO FOMENTO PÚBLICO

Apesar de o financiamento possuir um papel importante dentro da cadeia de exportações, e conseqüentemente de crescimento e desenvolvimento econômico, curiosamente, assim como a Globalização, a definição de Fomento Público padece de um consenso. Um dos autores que contribui para o debate. Segundo ele

“a ação consistente em estimular, proteger, auxiliar ou fomentar as atividades particulares mediante as quais se satisfazem necessidades ou conveniências de caráter geral”, de modo diretamente não coativo, mas persuasivo, sem implicar a criação de serviço público ou a assunção da atividade econômica pelo Estado. (MENDONÇA, 2011, p. 17)

Em outras palavras, Fomento Público nada mais é do que uma Estratégia resultante de um planejamento, uma Política Pública que nasce a partir da percepção por parte do Estado da necessidade de estimular, induzir ou até proteger uma determinada área. Nas palavras de Luis Jordana Pozas,

La acción de fomento es una vía media entre la inhibición y el intervencionismo del Estado, que pretende conciliar la libertad con el bien común mediante lá influencia indirecta sobre la voluntad del individuo para que quiera lo que conviene para la satisfacción de la necesidad pública de que se trate.

Podríamos definirla como la acción de la Administración encaminada a proteger o promover aquellas actividades, establecimientos o riquezas debidos a los particulares y que satisfacen necesidades públicas o se estiman de utilidad general, sin usar de la coacción ni crear servicios públicos. (POZAS, 1961, p. 46)

Essa ação desenvolvida pelo Governo possui algumas características próprias que a diferenciam das demais atuações do Estado. Segundo Mendonça, o Fomento Público possui ao todo seis características próprias:

O fomento público possui seis características principais. São elas: (i) seu exercício se dá, num primeiro momento, sem coerção; (ii) não há qualquer obrigação de o particular aderir a ele; (iii) não se trata de liberalidade pública; (iv) é seletivo, porém não injustificadamente anti-isonômico; (v) é unilateral, isto é, não há qualquer sujeito ativo para reclamar a execução da atividade fomentada, mas, apenas, para controlar o uso da verba pública; (vi) é, em princípio, transitório. (MENDONÇA, 2001, p. 20)

Algumas dessas características são bastante básicas, outras, no entanto despertam alguns debates em torno do assunto. A segunda característica é

bastante peculiar. Não existe nenhuma obrigação do particular em aderir a ele, até porque, caso houvesse, significaria que o Governo estaria obrigando-o a fazê-lo, o que feriria a primeira característica do Fomento Público; contudo, esta não obrigação só existe até o momento em que o particular não aceita o Fomento Público. A partir do momento em que este terceiro aceita o Fomento Público, ele assume a obrigação de cumprir o que foi acordado, ficando dessa forma obrigado a cumprir o contrato.

Quanto ao terceiro item, segundo Mendonça, o ato de alocar dinheiro em atividades privadas não significa que o Governo esteja realizando uma doação. O ato de fomentar uma atividade existe porque o Governo entende que de alguma forma o desenvolvimento daquela determinada atividade irá beneficiar a sociedade ou, mais especificamente, o próprio Governo.

Por fim, ao apresentar a sexta característica fica bastante claro que o Fomento Público deve ser transitório, não apenas para evitar que um gasto que deveria ser benéfico para a sociedade e para o Governo se torne, no longo prazo, prejudicial, mas também para evitar um certo comodismo por parte dos empresários, o que no final poderia vir a prejudicá-los.

3.20 FOMENTO PÚBLICO EM SANTA CATARINA E O BADESC

Nascido como um banco de fomento, o BADESC – antigo Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e atualmente Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – possui como objetivo principal fomentar o desenvolvimento econômico e social catarinense. Esse objetivo está delimitado de forma bastante clara em vários documentos, um deles é a Ata de Formação do BADESC:

Artigo 4º - O objetivo do BADESC é promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, de acordo com as diretrizes emanadas do Governo Estadual através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE – e da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC – e do Governo Federal, através da prestação de

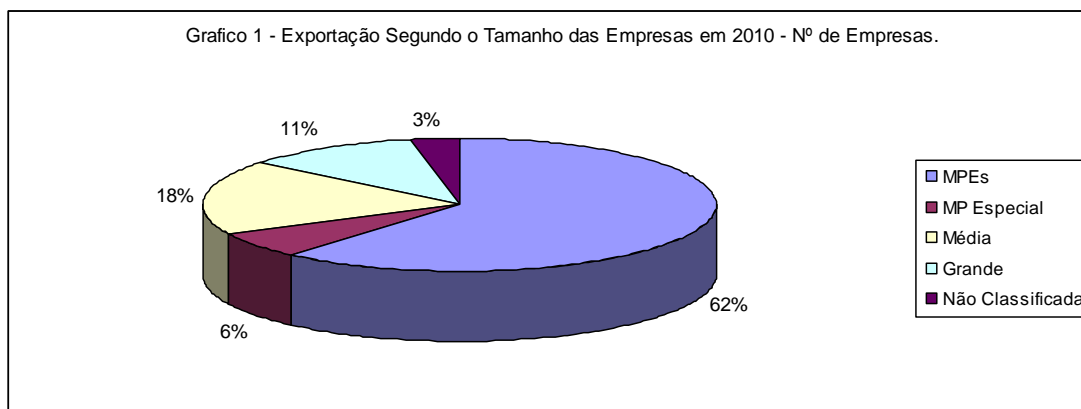
assistência financeira e técnica podendo praticar todas as operações ativas e passivas bem como exercer as demais atividades compreendidas no âmbito dos Bancos de Desenvolvimento, em conformidade com as disposições legais e com as normas disciplinadoras e regulamentares que forem expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. (BADESC, 1976, p. 5)

No início de suas operações o BADESC concentrava suas ações na área pública. Atualmente, segundo o Relatório de Administração do BADESC do ano de 2010, do total dos Créditos em aberto de curto prazo, R\$ 111.954.000,00 (cento e onze milhões novecentos e cinquenta e quatro mil), apenas R\$ 31.061.000,00 (trinta e um milhões e sessenta e um mil) foram destinados para o setor público, enquanto R\$ 88.279.000,00 (oitenta e oito milhões duzentos e setenta e nove mil) foram contratados pelo setor privado (BADESC, 2010).

Hoje o BADESC possui 5 (cinco) produtos financeiros principais, o BADESC Microempresa, o BADESC Fomento, o BADESC Cidades, o BADESC Microcrédito de Santa Catarina e o produto BNDES.

Este trabalho se propõe a estudar a linha BADESC Microempresa, que é uma das linhas do programa BADESC, e avaliar sua eficácia e os resultados que ela produz, especificamente e apenas em relação aos empréstimos concedidos com o objetivo de aumentar a capacidade exportadora dessas empresas. A decisão de estudar esta linha se deu pela importância que as micro e pequenas empresas possuem no total das exportações brasileiras. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), embora o número de micro e pequenas empresas que exportam seja maior do que o número de médias e grandes empresas, o valor exportado por elas é muito menor.

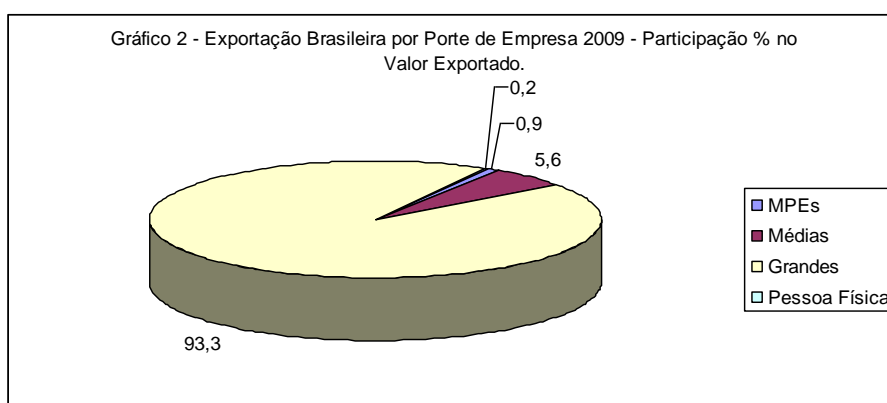
No gráfico abaixo pode-se visualizar os dados.



Elaborado pelo autor com base nos dados do SEBRAE, 2010.

Como é possível observar no gráfico acima exposto, do total de agentes exportadores em 2010, que foram 19.274 (dezenove mil duzentos e setenta e quatro), 11.858 (onze mil oitocentos e cinquenta e oito) foram micro e pequenas empresas, o que corresponde a 62% do total dos exportadores naquele ano.

O gráfico abaixo, observa-se a participação das empresas por tamanho e também por valor nas exportações brasileiras – dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).



Fonte: MDIC/SECEX

Também no estado de Santa Catarina, as micro e pequenas empresas representam o maior número de empresas exportadoras, porém com o valor monetário infinitamente menor do que o das grandes empresas.

Tabela 3 - Número de empresas e valor exportado por empresas classificadas segundo o tamanho (2010) em SC

Tamanho	Nº de Empresas	Valor (em US\$)
Micro	352	10,7
Pequena	588	163,8
MPEs	940	174,5
MP Especial	184	300,8
Média	363	855,1
Grande	266	6250,7
Empresa não Classificada	16	1,1

Fonte: SEBRAE 2011

É compreensível que o valor exportado pelas grandes empresas seja maior do que o exportado pelas pequenas e médias, porém o que chama a atenção é o tamanho da diferença entre as empresas. Em países como Canadá e Estados Unidos, a diferença é muito menor. No Canadá, por exemplo, as micro e pequenas empresas representaram, em 2002, 20%³ do total das exportações, segundo dados do Industry Canada Web Service Centre, enquanto nos Estados Unidos as micro e pequenas empresas representaram 31% do total das exportações em 2008, segundo dados do United States Small Business Administration.

³ Embora os dados apresentados sejam de 10 anos atrás, servem para ilustrar a diferença existente nas políticas canadense e brasileira.

Dessa forma, contatou-se o BADESC para levantar dados e informações a respeito do programa BADESC Microempresa, que funciona desde 2005. Segundo informações obtidas do BADESC, entre 2005 e 2011 esse programa beneficiou 100 empresas e emprestou R\$ 7,3 milhões de reais, com uma média de R\$ 73 mil reais por operação.

Com vistas a avaliar a eficácia do ponto de vista econômico da linha de crédito fornecida pelo BADESC, foram solicitados os seguintes dados: o tamanho e os segmentos das empresas, por faturamento, que realizam os empréstimos junto à instituição, os mercados para onde seriam exportados os produtos, o número de empregos gerados após o empréstimo, os produtos a serem exportados, os produtos a serem desenvolvidos após os empréstimos, quantas empresas que não exportavam passaram a exportar após receberem o empréstimo, em quanto aumentaram as exportações das empresas que já exportavam após receberem o empréstimo, a porcentagem de inovação tecnológica adquirida pela empresa após o empréstimo e, por último, a discriminação por região das empresas que receberam o empréstimo. Além disso, foram solicitadas também informações como o critério utilizado pelo BADESC na concessão dos empréstimos e a porcentagem das empresas que são contempladas tendo-se em vista o número de solicitações recebidas.

Infelizmente, o BADESC não dispõe de tais informações, o que acabou por impossibilitar a análise final dos dados a fim de investigar a eficácia econômica do programa institucionalizado pelo BADESC. Na tentativa de dar continuidade à pesquisa, foram contactadas outras instituições, na esperança de que alguma delas obtivesse os dados necessários à análise desta pesquisa. A escolha das instituições se deu com base nas informações coletadas junto ao BADESC. De acordo com o artigo 4º da ata de criação do BADESC, a instituição deve seguir as diretrizes do governo estadual, emanadas a partir do CEDE (Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico) e da CODESC (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina). Não foi possível contactar o CEDE, visto que, segundo informações obtidas por telefone, este conselho não existe mais. Contudo, foi entrado em contato com a CODESC, e segundo o departamento jurídico da mesma, a instituição não possui nenhum programa de acompanhamento junto ao

BADESC, a não ser o recebimento de alguns dados via email. Não obstante, nenhum destes dados é referente a eficácia de qualquer linha de crédito. A Secretaria da Fazenda não foi contactada pelo fato de a CODESC se reportar a esta Secretaria e que legalmente, qualquer informação referente ao BADESC é coletada pela CODESC e então repassada à Secretaria da fazenda. Pelo fato de as linhas de crédito serem adotadas após um determinado planejamento, foi contactado a Secretaria de Planejamento, através da Diretoria de Descentralização. Todavia, esta instituição também informou que não possui nenhum tipo de acompanhamento junto ao BADESC. A Diretoria sugeriu que fosse entrado em contato com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado, o que foi feito. No entanto, esta Secretaria informou que apenas acompanha o programa “Juro Zero” junto ao BADESC. Por último, decidiu-se fazer contato com o BNDES, para averiguar se existia algum tipo de controle por parte desta instituição junto às agências de crédito estaduais. Entretanto, a instituição informou que de fato possui um controle, mas não relativo à eficácia dos programas concebidos pelas agências estaduais. Após estas respostas, decidiu-se entrar em contato com as agências de fomento do Paraná e do Rio Grande do Sul, para verificar se estas agências possuem um sistema de avaliação dos programas, ou se sua política se assemelha à do BADESC. Segundo dados apurados por telefone, e confirmações via email, estas duas instituições também não realizam qualquer tipo de controle da eficácia de seus programas. A situação da Agência do Paraná parece ser a mais “organizada” nesse sentido, uma vez que possui um sistema de controle em fase de instalação. No que tange a agência do Rio Grande do Sul a situação aparenta ser pior do que a do BADESC, uma vez que o suposto departamento responsável pelo controle sequer respondeu ao contato realizado, a única resposta obtida foi a de um Técnico Administrativo que se prontificou a tentar levantar os dados solicitados, porém, sem sucesso. Sendo assim, após esta série de negativas, foi necessário mudar o foco do trabalho e a partir daí, ao invés de fazer uma análise econômica do programa existente, optou-se por fazer algumas ponderações sob o assunto, sob o ponto de vista da ciência da Política Pública. Sendo assim, decidiu-se entrevistar o então presidente do BADESC, o Sr. Nelson Santiago e o Deputado Estadual Jean Kuhlmann, que já trabalhou como Secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável no governo de Luis Henrique da

Silveira, entre os anos de 2007 e 2008, na tentativa de analisar se realmente não havia nenhum tipo de dado que pudesse ser avaliado, e a forma como o Legislativo se portava em relação a instituição.

É possível observar alguns aspectos interessantes a partir das entrevistas. No caso da entrevista realizada com o Sr. Nelson Santiago, chama a atenção a preocupação do BADESC em estar atendendo as necessidades dos empresários. Contudo, também chama a atenção a questão de que após instituir a linha de crédito, seja por demanda governamental, seja por demanda empresarial, os indicadores utilizados para determinar a eficácia do programa sejam apenas indicadores financeiros. Outro elemento importante que se pode extrair das entrevistas é o fato de o BADESC se reportar única e exclusivamente ao Governador. Já na entrevista com o deputado Estadual Jean Kuhlmann, quando questionado sobre a mesma questão e ele diz que a interação entre a Assembléia Legislativa e o BADESC é mínima e também que o fato de o BADESC ter a constituição de uma organização financeira, faz com que ele responda ao Banco Central, e não ao poder Legislativo do Estado. A partir destas respostas, e ao longo das respostas seguintes adquiridas na entrevista, é possível perceber que embora o BADESC seja uma agência de fomento, o executivo e o legislativo não o tratam como tal. De fato, quando o BADESC decide avaliar suas linhas de crédito apenas a partir dos indicadores financeiros, ele não age como uma agência de fomento, mas sim como um banco.

Dessa forma, em primeiro lugar é importante atentar para a falta de um programa voltado exclusivamente para o incentivo das exportações das micro e pequenas empresas catarinenses. Reconhece-se a importância do programa BADESC Microempresa, todavia, em um mundo cada vez mais globalizado, a falta de uma linha visando ao fomento à exportação das micro e pequenas empresas se faz sentir, na medida em que oportunidades deixam de ser aproveitadas.

Outro aspecto que chama a atenção é a falta de informações referentes aos dados antes e após os empréstimos, informações mínimas que se fazem necessárias para uma Avaliação da Política Pública em andamento. A iniciativa por parte do BADESC de abrir uma linha de crédito desburocratizada demonstra a consciência por parte de sua diretoria de um sistema de financiamento que atenda

a necessidade dos empresários da região de forma mais rápida. Contudo, esta premissa não pode inviabilizar a coleta de dados que possibilitem a avaliação da eficiência da Política Pública em questão.

A falta da informação referente à porcentagem de inovação tecnológica adquirida pelas empresas também se faz sentir, uma vez que a sobrevivência das empresas catarinenses depende do aumento de sua competitividade, algo que passa pela inovação tecnológica de cada uma.

À guisa de conclusão, as duas entrevistas realizadas chamam a atenção para a questão da falta de acompanhamento do BADESC por parte de outros setores do Governo. O fato de o BADESC ter que se reportar única e exclusivamente ao Governador do Estado demonstra quão falho é o sistema de acompanhamento e, neste caso específico, de inexistência de avaliação.

Nesse contexto, cabe observar que embora haja consciência e boa vontade por parte do BADESC em fomentar a economia do estado, pelo que se pôde perceber, no afã de se criar uma linha de crédito que propiciasse financiamento de forma mais ágil para os empresários, a instituição acabou por prejudicar uma parte importante da Política Pública, a Avaliação.

É inegável a necessidade de agilidade nas operações de qualquer instituição, seja ela privada ou pública. Não obstante, essa busca pela agilidade não pode comprometer uma etapa tão importante como a Avaliação, pois corre-se o risco de perder oportunidades de aprimorar o programa que podem ser cruciais. Sendo assim, sugere-se à instituição que adote um questionário antes e um após o empréstimo – questionários que poderiam ser respondidos pela internet – para que seja possível efetuar uma Avaliação do programa e realizar as melhoras necessárias no programa, que certamente beneficiariam a todos os envolvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo cada vez mais globalizado, e onde cada vez mais o comércio torna-se mundial, é vital que o governo incentive a exportação das micro e pequenas empresas, a fim de alavancar as exportações do país.

Obviamente, algumas dificuldades se apresentam sempre que um governo se propõe a efetivar um plano de ação ou uma Política Pública. Uma das dificuldades encontradas foi a falta de uma definição única acerca do significado de Globalização, dificuldade esta apresentada no começo deste trabalho.

Logo após buscou-se entrar na discussão sobre Políticas Públicas, e o primeiro passo foi verificar o que são Políticas Públicas. Após esta revisão bibliográfica, entrou-se em outro campo, também de suma importância para o assunto: a Avaliação das Políticas Públicas.

Em seguida, antes de entrar no mérito do Financiamento Público como tal, pesquisar sobre o Fomento Público. A partir daí, entra-se na questão do Fomento Público em Santa Catarina. Entra-se então na questão BADESC e percebe-se que ele também sofreu modificações ao longo do tempo. Nessa fase do trabalho buscou-se descrever quais são os objetivos da agência, os motivos que levaram a sua criação, a evolução de suas ações e, finalmente, a situação de seus empréstimos no ano de 2010, segundo o seu Relatório de Administração do mesmo ano.

Por último, entra-se no ponto principal do trabalho, o programa BADESC Microempresa. Inicialmente o objetivo deste trabalho era o de avaliar a eficácia, do ponto de vista econômico, desse programa no incentivo às exportações das micro e pequenas empresas. Contudo, após contato com o BADESC e com várias outras instituições, descobriu-se que os dados necessários para a efetivação desta avaliação não existem, uma vez que pelo fato de a linha de crédito ter sido concebida como uma linha desburocratizada, a instituição não coleta dados que seriam necessários para a efetivação de uma avaliação. Na tentativa de conseguir algum tipo de informação que permitisse avaliar a eficácia do programa, foi entrado em contato com outras instituições, como a Secretaria da fazenda, a Secretaria do Planejamento, Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, BNDES e o CODESC. Contudo, todas informaram que não efetuam nenhum tipo de acompanhamento e de mensuração da eficácia dos programas instituídos pelo BADESC, pelo fato deste ser uma instituição autônoma. A impressão que fica é a de que quando o BADESC foi concebido, pensou-se em formar um banco estadual e toda a estrutura institucional foi programada para trabalhar com um banco.

Quando o BADESC deixou de ser apenas um banco para se tornar uma Agência de Fomento, foram alteradas apenas as disposições internas, enquanto as externas continuaram as mesmas. Dessa forma, tem-se hoje uma instituição cujo propósito é promover o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Estado de Santa Catarina, mas que é enxergado pelas outras instituições governamentais, e até pelos outros poderes como uma simples instituição financeira-administrativa. A partir daí surge um outro problema. Ao não ser enxergado como uma instituição que requer um planejamento de longo prazo, o BADESC é muitas vezes utilizado como moeda política, uma vez que seu presidente é escolhido através de indicação do Governador. Isso dificulta o trabalho da instituição na medida em que, mesmo quando são escolhidas pessoas sérias, que tem vontade de desenvolver um bom trabalho, como aparentava ser o caso do então presidente do BADESC, elas ficam limitadas pelo espaço de tempo ao qual estão ligadas a instituição, e qualquer tipo de planejamento fica comprometido pela insegurança de não se saber até quando permanecerão como presidentes, uma vez que, a qualquer momento o Governador pode indicar outra pessoa para assumir a função de presidente da instituição.

Encerrando essas considerações, sugere-se aos técnicos do BADESC, que criem um programa voltado especificamente ao incentivo à internacionalização das micro e pequenas empresas. Além disso, sugere-se também que passem a coletar as informações necessárias à Avaliação da Política Pública em exercício pela instituição, pelos motivos apresentados nas páginas anteriores.

Como última contribuição, gostaria de sugerir que o tema seja retomado pela academia, tomando-se este trabalho como ponto de partida, e tendo a preocupação de conversar com o grupo de análise de concessão de crédito, os chefes de gabinete e com os ex-governadores e com o governador do estado, com vistas a buscar melhorar o sistema de funcionamento das linhas de crédito disponibilizadas pelo governo do estado, de modo a torná-las mais assertivas no seu propósito.

5. REFERÊNCIAS

ALEM, A. C.; CAVALCANTI, C. E. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras**: algumas reflexões. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, dez. 2005.

BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina. **Instituição**. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. Ata da Assembleia Geral de Constituição do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC. Florianópolis: BADESC, 1976.

DAS, D. **Globalization**: A Guide for the Concern Policymaker. *Warwick University/ESRC Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation Working Papers*, no. 91/02, January 2002, 42 p.

DELGADO, M. G. **A globalização e o desenvolvimento das políticas sociais**. In: _____. O Estado de bem-estar social no século XXI. São Paulo: LTr, 2007.

DRACHE, D. **Globalization**: Is There Anything to Fear? *Warwick University/ESRC Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation Working Papers*, no. 23/99, February 1999, 43 p.

MENDONÇA, J. V. S. **Uma teoria do fomento público**: critérios em prol de um fomento público democrático, eficiente e não paternalista. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/pge/exibeConteudo?article-id=463728>>. Acesso em: 05 ago. 2011.



RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização**: uma perspectiva neogramsciana. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. (Dissertação)

RODRIK, D. Sense and Nonsense in the Globalization Debate. **Foreign Policy**, Summer, 1997, n. 107, p. 19-29.

SCHOLTE, J. A. **Globalization and Governance: From Statism to Polycentrism**. *Warwick University/ESRC Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation Working Papers*, n. 130/04, February 2004, 51 p.

_____. **What Is Globalization? The Definitional Issue – Again**. *Warwick University/ESRC Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation Working Papers*, n. 109/02, December 2002, 34 p. Reprinted as Working Paper 03/4 of the Institute on Globalisation and the Human Condition, McMaster University, March 2003; and in *Globalisation* (Hyderabad: ICFAI Press, 2004).

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **As micro e pequenas empresas na exportação brasileira 1998–2010**. Brasília: SEBRAE, 2011. 140 p. il. color.